

EDITAL Nº 1/2022

PROCESSO SELETIVO DE RECRUTAMENTO DE ASSESSOR JURÍDICO- LEGISLATIVO

DAS GENERALIDADES DO CERTAME

O Gabinete do Sr. **Senador Fabiano Contarato** (PT-ES), com sede **em Brasília**, no Senado Federal, visando prestigiar os princípios constitucionais da impessoalidade e da eficiência, além de compor uma equipe com competentes quadros profissionais, convoca os interessados em oportunidade profissional de assessoramento ao processo legislativo e jurídico a participarem de processo de recrutamento público de pessoal, a ser realizado na forma do presente edital.

Descrição do cargo: o assessor técnico-legislativo desempenhará atividades de consultoria e elaboração de pareceres a respeito das diversas proposições em tramitação no Congresso Nacional, além de prestar suporte jurídico e processual às atividades legislativas do senador.

Remuneração: R\$ 12.454,15 (valor bruto, com auxílio-alimentação, equivalente ao cargo AP-09¹).

Número de vagas: 1 vaga imediata e cadastro de reserva.

Requisitos: além dos requisitos legais constantes do art. 5º, da Lei nº 8.112/90, são necessários dedicação integral em termos de jornada de trabalho e, no mínimo, diploma de graduação em Direito, além de boa compreensão de Processo Civil Constitucional e Regimento Interno do Senado Federal e do Congresso Nacional.

DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR:

Os interessados deverão encaminhar, até 25/05/2022, **e-mail com nome completo e contato telefônico**, além de, escaneados em formato .pdf, **cópia do diploma de graduação e/ou do título acadêmico de maior grau** (mestrado ou doutorado) e **do documento de identidade** para o seguinte e-mail: vaga.fabianocontarato@senado.leg.br. O e-mail de inscrição deverá ter, no campo do assunto, a seguinte inscrição: “Processo Seletivo – Gabinete do Senador Fabiano Contarato - 2022”.

O e-mail deverá ser acompanhado de currículo completo gerado **exclusivamente na plataforma Lattes, em formato “.pdf”**, com declaração de veracidade sob as penas da Lei: currículos em forma alternativa não serão considerados e acarretarão a exclusão da inscrição.

Os currículos serão gerados a partir de inscrição no site competente (https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/pkg_cv_estr.inicio), sob responsabilidade exclusiva dos candidatos (as): a Comissão de Seleção não prestará qualquer tutoria ou assessoramento no cumprimento deste encargo.

¹ Se o aprovado for titular de cargo efetivo, sua cessão ao Senado será de sua responsabilidade, com apoio do Senado Federal. Poderá, ainda, incidir redutor no cargo, conforme política remuneratória dos órgãos envolvidos.

O corpo do e-mail deverá conter, além dos documentos anexos supracitados escaneados e legíveis, exclusivamente o seguinte texto:

“Eu, [*inserir nome completo*], brasileiro (a), portador (a) do documento pessoal de identidade nº [*inserir número e órgão expeditor*], requiero a inscrição no processo seletivo de recrutamento para assessores no Gabinete do Senador Fabiano Contarato, em Brasília, declarando-me ciente e aceitando todas as normas do edital competente.

Declaro ainda que meu telefone é [*inserir número e DDD*] e meu e-mail pessoal é [*inserir e-mail*], autorizando desde já ser contatado por meio destes, a qualquer tempo, no prazo de um ano da conclusão deste processo seletivo, para fins de contratação.

Envio ainda, em anexo, meu currículo em formato “.pdf”, **gerado na plataforma Lattes**, para apreciação.

Atenciosamente,

[Nome do (a) candidato(a)]

Só poderão participar das etapas seguintes do processo seletivo aqueles que, atendido o item anterior, receberem a **confirmação da inscrição definitiva no processo seletivo**, com o respectivo número de registro, por e-mail.

O comparecimento ao local de prova, sem a anterior aprovação na fase de análise curricular, impedirá a realização das provas.

DAS ETAPAS DO CERTAME

O processo seletivo simplificado será composto das seguintes etapas:

- I. **Análise curricular eliminatória**, de experiência profissional e titulação acadêmica;
- II. **Prova de conhecimentos gerais e específicos objetiva e discursiva**, de caráter classificatório e eliminatório;
- III. **Entrevista pessoal e arguição oral**, de caráter eliminatório.

DA ANÁLISE CURRICULAR

A análise curricular, de caráter eliminatório, consistirá na seleção, dentre as inscrições totais que atenderem aos requisitos essenciais deste edital, de até 110 candidatos (as), que serão submetidos às fases seguintes, de aplicação de testes e entrevistas.

Essa análise priorizará a **titulação acadêmica** e, sobretudo, a **experiência prévia** profissional na iniciativa privada e na Administração Pública, preferencialmente na área jurídica e legislativa, de modo que os mais qualificados e experientes terão preferência sobre os demais na classificação. Essa metodologia terá por finalidade, exclusiva, de limitar o universo número de candidatos (as) aptos à realização das provas e entrevistas subsequentes, por exclusivas razões de logística e locação física, tendo em vista que o auditório de realização das provas só comporta tal contingente de candidatos.

O resultado da análise curricular será publicado, na forma de edital público, no site <https://fabianocontarato.com.br>, até o dia 01/06/2022, com a convocação para a realização das provas objetivas, com indicação de local e horário.

DAS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVAS

A prova objetiva contará com 80 questões, para seu julgamento objetivo como verdadeiras ou falsas.

Recomenda-se evitar a marcação aleatória na folha de respostas, tendo em vista que os erros implicarão penalização de -1 ponto, ao passo em que os acertos implicarão pontuação de +1 ponto. A ausência de marcação computará pontuação equivalente a 0 pontos. Assim, perfazer-se-á uma nota total compreendida num intervalo de -80 a +80 pontos, sendo considerados aptos os candidatos que alcançarem, no mínimo, 40 pontos.

Será considerado apto à fase seguinte o candidato que alcançar, ao menos, + 40 pontos na prova objetiva.

Os candidatos (as), durante a prova, deverão manter os celulares e aparelhos eletrônicos desligados e lacrados em invólucro especial entregue no credenciamento, sendo assim mantidos durante toda a sua duração, sob pena de eliminação sumária.

A ida aos banheiros será precedida de submissão a detector de metais, por fiscal designado, segundo o gênero do candidato (a), sob pena de eliminação sumária.

As provas objetivas versarão sobre as seguintes áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Noções de Direito Processual Penal e de Direito Penal, Atualidades, Direito Constitucional, Processo Civil Constitucional, Direito Administrativo e Regimento Interno do Senado Federal e do Congresso Nacional, conforme detalhamento em anexo.

A prova discursiva consistirá:

- I. Numa redação do tipo dissertativa, com, no máximo, 30 linhas, com pontuação de até 20 pontos;
- II. Formulação de um parecer ou peça judicial, em até 60 linhas, com pontuação de até 50 pontos;

Os candidatos serão considerados aptos se, na pontuação total da prova discursiva, alcançarem rendimento igual ou superior a 60% da pontuação máxima.

A avaliação do conteúdo das provas discursivas não penalizará o livre exercício da expressão crítica, desde que fundamentado o ponto de vista expressado.

Inexistindo candidatos aprovados nos limiares mínimos indicados para as provas discursivas ou objetivas, a Comissão Examinadora poderá, a seu critério, proceder à redução proporcional destes patamares mínimos, no limite máximo de 20%. Incidindo a redução e, ainda assim, inexistindo candidatos aprovados, o certame será declarado deserto e se convocará nova seleção, a critério da Comissão.

As respostas serão transcritas em folha definitiva de gabarito e texto, devendo tal atividade ser executada no prazo total de duração da prova, que é de 5 (cinco) horas.

O uso de máscaras, considerando o volume de candidatos, o recinto fechado e tendo em vista ainda a permanência do quadro de pandemia, será obrigatório durante toda a realização da segunda fase do certame.

Os candidatos (as) poderão deixar o local de provas após o decurso de uma hora do seu início, sob pena de eliminação, salvo no caso fortuito e de força maior.

Poderão levar os cadernos de prova para conferência do gabarito preliminar, que será divulgado um dia após a aplicação dos exames no site <https://fabianocontarato.com.br>, apenas quando faltarem no mínimo 30 minutos para o encerramento do exame.

Terão sua prova discursiva corrigida apenas os 15 primeiros colocados na prova objetiva e será facultada a consulta ao texto impresso do Regimento Interno do Senado e do Congresso Nacional durante a sua realização, sem quaisquer anotações.

As provas (objetiva e discursivas) serão realizadas no dia 10/06/2022, das 13h às 18h, no auditório do Interlegis, Av. N2, Bloco 2 do Senado Federal - Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF, 70165-900), e terão seus resultados divulgados até 17/06/2022, sendo imprescindível o comparecimento do(a) candidato(a), nesta etapa, munido de documento oficial de identificação com foto e caneta esferográfica de tubo transparente na cor preta ou azul.

O resultado da avaliação objetiva e discursiva tem caráter irrecorrível, podendo a Comissão Examinadora, entretanto, de ofício ou mediante provocação dos interessados, por mera liberalidade, proceder à anulação ou alteração justificada do gabarito preliminar, a seu critério discricionário, em caso de equívoco ou ambiguidade reconhecidos.

DAS ENTREVISTAS FINAIS

A convocação para as entrevistas será divulgada até 17/06/2022, mediante envio de e-mail aos interessados e publicação de edital no site <https://fabianocontarato.com.br>.

Durante as entrevistas, os examinadores poderão arguir os candidatos sobre os assuntos que foram objeto das provas objetivas.

As entrevistas acontecerão nas datas prováveis de 23 e 24/06/2022 e serão convocadas em horário e local a ser designado mediante comunicação por e-mail, além de publicação de edital no site <https://fabianocontarato.com.br>.

Integrarão a banca de entrevistadores e a Comissão de Seleção deste certame o Senador Fabiano Contarato e servidores do gabinete. Poderão ser convidados examinadores externos para a arguição dos(as) candidatos(as).

A previsão de início efetivo das atividades é 01/07/2022.

DAS INFORMAÇÕES FINAIS

O presente edital poderá ser retificado, alterado ou complementado mediante comunicado publicado no site, sendo dever dos inscritos o seu acompanhamento diário, com este fim, durante toda a realização do certame.

Dúvidas não pacificadas por este edital podem ser obtidas por meio do telefone (61) 3303-9049.

Brasília, 13 de maio de 2022.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

ANEXO: CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Ortografia: acentuação gráfica, crase, grafia correta de vocábulos, hifenização (conforme Acordo Ortográfico 2009), pontuação, “por que/porque”. 2. Morfologia: classes gramaticais (substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição). 3. Sintaxe: análise sintática. 4. Colocação pronominal. 5. Concordância verbal e nominal. 6. Regência verbal e nominal. 7. Verbo (tempo, modo, pessoa). 8. Manual de Redação Oficial da Presidência da República.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Teoria da Constituição. Sistema Constitucional Brasileiro: desenvolvimento histórico-político. 2. Estado Democrático de Direito: conceito e fundamentos constitucionais. Princípio Republicano. 3. Conceito, tipologia, estrutura, funções e conteúdo das constituições. 4. Norma Constitucional: espécies, natureza, hermenêutica, interpretação, eficácia e aplicabilidade. Súmulas Vinculantes. 5. Poder Constituinte: conceito, espécies, limitações. Revisão e Reforma da Constituição. 6. Constituição da República Federativa do Brasil até a Emenda Constitucional nº 118/2022. 6.1 Dos Princípios Fundamentais. 6.2 Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais em Espécie. Funções, Limites e Restrições aos Direitos Fundamentais. Direitos constitucionais individuais, coletivos, sociais e difusos. Nacionalidade, cidadania e direitos políticos. Instrumentos de garantia dos direitos fundamentais. 6.3 Da organização do Estado. Estado Federal. Organização Político-Administrativa e Repartição de Competências. Da Administração Pública. Princípios, Licitação e Contratações Públicas, Concurso Público, Servidores Públicos Cíveis e Militares. Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil Objetiva do Poder Público. 6.4 Organização dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário): organização, funcionamento e funções. Funções Essenciais à Justiça. Ministério Público: organização, princípios, funções, garantias e vedação. Advocacia Pública e Defensoria Pública. 6.5 Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 6.6 Da Tributação e do Orçamento. 6.7 Da Ordem Econômica e Financeira. Princípios Gerais da Atividade Econômica, Sistema Financeiro Nacional. 6.8 Da Ordem Social. 6.9 Disposições Constitucionais Gerais e Disposições Constitucionais Transitórias.

PROCESSO CIVIL CONSTITUCIONAL 1. Jurisdição Constitucional. Controle de Constitucionalidade. Evolução no direito comparado e no direito brasileiro. Formas de Controle. Controle Difuso e Concentrado. Pressupostos de constitucionalidade das espécies normativas. O Processo de Controle de Normas: Natureza, Espécies, Legitimação e Participação, Procedimentos, a Decisão e seus efeitos. Ações Específicas:

Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, Representação Interventiva. Processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (Lei nº 9.868/1999). Processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei nº 9.882/1999). Controle de convencionalidade. Coisa julgada e controle de constitucionalidade. Os efeitos das decisões no controle de constitucionalidade de normas. Interpretação conforme a Constituição e Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto. Controle de Constitucionalidade de leis e atos normativos municipais. Remédios Constitucionais: *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, ação popular e ação civil pública. Direitos de minoria e jurisdição constitucional: tutela coletiva das liberdades.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL: Noções de inquérito e ação penal. Teoria geral do crime e da pena. Crimes contra a honra. Crimes contra a Administração Pública. Crimes contra o estado democrático de direito.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo: objeto, conceitos doutrinários e fontes. Teoria geral do direito administrativo. Princípios gerais do direito administrativo. 2. Sistemas Administrativos: o Sistema do Contencioso Administrativo e o Sistema Judiciário (Sistema de Controle Judicial). O Sistema Administrativo Brasileiro. 3. Administração Pública: estrutura administrativa brasileira. Estado: conceito, elementos, poderes e organização política e administrativa. Função administrativa estatal: definição, amplitude conceitual e tipos. Organização da Administração Pública. Administração Pública e Governo. Desconcentração e descentralização do poder. Administração Pública Direta. Órgão público: conceito. Classificação dos órgãos públicos: critérios e espécies. Administração Pública Indireta. Autarquias, fundações de direito público, consórcios públicos, empresas estatais, empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas controladas, fundações públicas de direito privado, consórcios públicos com personalidade jurídica de direito privado, sociedade com participação estatal minoritária, empresas estatais de fato, entidades paraestatais. Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 13.303/2016). Administração Pública e Terceiro Setor: Organizações Sociais (Lei nº 9.637/1998) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei nº 9.790/1999). 4. Regime Jurídico Administrativo: normas (regras e princípios) da Administração Pública. Os regimes jurídicos de direito público e de direito privado. 5. Poderes da Administração Pública: poder normativo/regulamentar, poder disciplinar e poderes decorrentes da hierarquia. Poder vinculado e poder discricionário. Poder de polícia: conceito, fundamento, objeto e finalidade, extensão e limites, atributos e meios de atuação. Polícia sanitária. O Regime Jurídico de Direito Público e a realização dos Direitos Fundamentais. Poderes e deveres do administrador público. O abuso do poder: excesso de poder, desvio de finalidade e omissão da Administração. 6. Bens Públicos: características gerais, classificação, regime jurídico, afetação e desafetação. Alienação e uso privado de bens públicos. 7. Atos Administrativos: conceito, elementos, formação, atributos, classificação, extinção, vícios e invalidação. Distinção entre ato e fato administrativo. Atos Discricionários e Vinculados. Requisitos ou elementos de validade.

Atos nulos e anuláveis. Anulação e revogação dos atos administrativos. Teoria dos Motivos Determinantes. 8. Serviços Públicos: definição, princípios e classificação. Serviço público em sentido amplo e em sentido estrito. Critérios para definição de serviço público. Direito Regulatório. Serviços públicos e regulações setoriais. Regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995). Normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública (Lei nº 11.079/2004). 9. Dos Servidores Públicos no âmbito da Constituição Federal. Agentes Públicos: definição, classificação e regime jurídico-constitucional. Agentes políticos. Condições de ingresso e sistema remuneratório. Cargo, emprego e função pública. Provimento e Investidura em Cargo Público. Direitos e Deveres. Responsabilidade do Agente Público. 10. Intervenções do Estado na Economia. 11. Intervenções do Estado na Propriedade Privada. Limitações administrativas, tombamento, requisição, servidão e desapropriação. 12. Responsabilidade Civil do Estado: Teoria da Irresponsabilidade. Teorias Civilistas. Teoria da Culpa Administrativa, do Risco Administrativo e do Risco Integral. 13. Controle administrativo e judicial da Administração Pública. Formas e Momentos de Controle. Controle Interno e Externo. Controles administrativos, legislativos e judiciais. Administração Pública em Juízo. 14. Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999): Objetivos, fases, espécies e princípios do Processo Administrativo; recursos administrativos. Instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição e decadência administrativa. Processos disciplinares. 15. Improbidade administrativa, corrupção, atos lesivos à administração pública. Responsabilização individual e coletiva. Ação Popular (Lei nº 4.717/1965); Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992); Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira (Lei nº 12.846/2013); Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009) e Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985). 16. Administração Pública e acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). 17. Controle Externo: representações aos Tribunais de Contas. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

RACIOCÍNIO LÓGICO: Lógica e Argumentação. Problemas aritméticos. Problemas geométricos. Sequências e progressões lógicas. Equivalências lógicas. Proposições quantificadoras e diagramas lógicos.

ATUALIDADES: Geopolítica. Multilateralismo. Noticiário de economia doméstica e internacional. Política internacional e doméstica. Partidos políticos. Literatura. Inovação. Guerra e conflitos contemporâneos. Noticiário nacional e internacional.

REGIMENTOS INTERNOS DO SENADO FEDERAL E DO CONGRESSO NACIONAL: íntegra dos seus textos, podendo ser consultados durante a prova.